

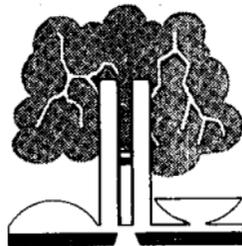
ESCÂNDALO/GOVERNO

Costa favorece obras da gestão Sarney

Ministério da Integração Regional vem pagando a empreiteiras por projetos de irrigação no Maranhão e no Piauí que foram iniciados em 1987 e tiveram os seus contratos prorrogados irregularmente este ano

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, está usando seu orçamento para quitar dívidas com empreiteiras, contraídas durante o governo do ex-presidente José Sarney, seu padrinho político. Desde que assumiu



o cargo no fim do ano passado, Costa vem pagando projetos de irrigação no Maranhão, reduto eleitoral dele e da família Sarney, e no Piauí. Os contratos, quase todos assinados em 1987, foram prorrogados este ano, depois de mais de cinco anos de vigência. Isso é vetado pelo decreto-lei das licitações (2.300/86), que, substituiu

do recentemente, estava em vigor quando as operações foram feitas.

Acusado pelo economista José Carlos Alves dos Santos de envolvimento no escândalo do Orçamento, Costa se recusa a deixar o cargo e tem o apoio da família Sarney. Na quarta-feira, a deputada Roseana Sarney (PFL-MA) pediu ao presidente Itamar Franco que não o demita. O ministro terá de dar explicações à CPI do Orçamento e à Polícia Federal sobre a utilização dos recursos orçamentários da pasta.

Segundo documentos do ministério enviados ao gabinete do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), membro

da CPI, a Integração Regional desembolsou nos dois últimos anos no mínimo US\$ 6 milhões para as empreiteiras Magna Engenharia, Mendes Júnior, Concic Engenharia, Emsa e Empresa Industrial. A maior parte das verbas foi para os projetos de irrigação Baixada Ocidental e São Bernardo no Maranhão e Tabuleiros de Parnaíba e Platôs de Guadalupe no Piauí. Suplicy constatou que neste ano os desembolsos não

tiveram cobertura orçamentária — foram liberados por rubricas não autorizadas pelo Congresso.

Em 1991, por exemplo, o projeto de Tabuleiro de São Bernardo não obteve verbas. Em 1992, quando

Costa assumiu, a obra voltou a receber recursos. A irrigação no projeto é feita por meio de pivô central — equipamento caro e sofisticado, que técnicos consideram incompatível com a aridez da região. O

projeto nos Platôs segue o mesmo modelo. Para se ter idéia do custo, em 1992 o ministério pagou US\$ 2,5 milhões pelo aproveitamento de uma área de 175 hectares. Neste ano, já liberou, segundo suas planilhas, pelo menos mais US\$ 150 mil.

Costa também privilegiou esses Estados com recursos emergenciais contra a seca. Dos US\$ 3,6 milhões previstos para serem distribuídos este ano, a maior parte foi para Bahia, Maranhão, Ceará e Piauí. Somente no Maranhão, ele já mandou reformar 2.425 poços e cisternas. Procurado pelo Estado ontem, o ministro não foi encontrado.

DESDE 1992,
GASTO FOI DE
PELO MENOS
US\$ 6 MILHÕES